

**Suiane Costa Ferreira**  
sucacosta02@gmail.com

Doutora em educação e contemporaneidade,  
Enfermeira, Docente da Universidade do Estado  
da Bahia, Pesquisadora do Centro de Pesquisa  
Comunidades Virtuais (UNEB).

**Michele dos Santos Ferreira**  
michele.ferreira.uneb@gmail.com

Enfermeira.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP:  
44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Brasileira de Saúde Funcional  
REBRASF

## ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL E O CONHECIMENTO DE GRADUANDOS DE ENFERMAGEM

*MOBILE PRE-HOSPITAL CARE AND THE KNOWLEDGE OF  
NURSING STUDANTS*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever o conhecimento dos graduandos de enfermagem de duas instituições de ensino superior da cidade de Salvador, sendo uma pública e uma privada, sobre atendimento pré-hospitalar móvel. Trata-se de um estudo quantitativo, com coleta de dados realizada através da aplicação de questionário estruturado com os graduandos e análise documental da matriz curricular e dos ementários dos cursos investigados. Foram utilizadas medidas estatísticas descritivas para atender aos objetivos da pesquisa e os dados apresentados sob a forma de gráficos e tabelas foram analisados com base na literatura pertinente ao tema. Os resultados evidenciaram um baixo conhecimento dos estudantes de enfermagem sobre o serviço de atendimento pré-hospitalar de saúde e um grande direcionamento da formação para o atendimento de emergência intra-hospitalar, desconsiderando as diretrizes da Política Nacional de Urgência e Emergência.

### ABSTRACT

This article aims to describe the knowledge of nursing students of two higher education institutions in the city of Salvador, one public and other private, about mobile prehospital care. This is a quantitative study, with data collection performed through the application of a structured questionnaire with the undergraduates

### PALAVRAS-CHAVE:

Serviços Médicos de Emergência. Enfermagem em Emergência. Educação em Enfermagem.

and documentary analysis of the curriculum matrix and the course curriculum. Descriptive statistical measures were used to meet the research objectives and the data presented in the form of graphs and tables and analyzed based on the relevant literature. The results showed a low knowledge of nursing students about the prehospital health care and a great direction of training for intrahospital emergency care, disregarding the guidelines of the National Urgency and Emergency Policy.

**Keywords:** Emergency Medical Services. Nursing in Emergency. Education in Nursing.

## INTRODUÇÃO

Os serviços de atendimento pré-hospitalar (APH) constituem importante componente da rede de atenção às urgências, sua finalidade é acolher precocemente às vítimas de agravos à saúde de diversas naturezas nos locais das ocorrências. Além de corresponderem a uma modalidade de atendimento imediato às mais variadas solicitações, os serviços de APH apresentam potencial para regular o acesso do usuário ao sistema de saúde, assegurando assistência, transporte e encaminhamento às necessidades da população. Este serviço compreende as ações iniciais realizadas em curto espaço de tempo pela equipe de resgate no local onde ocorre o agravo à saúde, seja urgência clínica, cirúrgica, gineco-obstétrica, psiquiátrica, pediátrica ou relacionada às causas externas (traumatismos não intencionais, violências e suicídios)<sup>(1-2)</sup>.

No Brasil, o APH foi regulamentado em 1989 e operacionalizado inicialmente pelo Corpo de Bombeiros. A partir de então, o Ministério da Saúde promulgou uma série de outras Portarias, dentre as quais a Portaria nº 2048/2002, que regulamentou os sistemas estaduais de urgência e emergência, normatizando o APH e definindo as funções do Enfermeiro, o perfil desse profissional, bem como de toda a equipe que deve atuar nesse serviço. É preciso destacar também a Portaria nº 1863/2003, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS), e a Portaria nº 1864/2003, através da qual foi estabelecido o componente pré-hospitalar móvel (APH móvel) por intermédio da implantação do Serviço Móvel de Urgência (SAMU) em municípios e regiões de todo o território nacional<sup>(1)</sup>.

A atividade do enfermeiro no APH no Brasil desenvolveu-se a partir da década de 1990 e, desde então, o enfermeiro é participante ativo da equipe multiprofissional e assume, junto com a equipe, a responsabilidade pela assistência prestada às vítimas no ambiente pré-hospitalar. Os enfermeiros de APH são responsáveis pelo atendimento de enfermagem para a reanimação e estabilização do paciente no local do evento e durante o transporte. Cabe também a estes profissionais, dentre outras funções específicas, supervisionar e avaliar as ações de enfermagem da equipe no APH móvel, ou seja, nas ambulâncias, quer sejam aéreas, aquaviárias ou terrestres. Além de atividades assistenciais, o enfermeiro também possui a função de gestor, sendo responsável pelas atividades de gerenciamento e/ou atividades administrativas, além de realizar capacitações e educação permanente, construir protocolos baseados em diretrizes internacionais readaptados para a nossa realidade<sup>(3)</sup>.

A enfermagem, como integrante das equipes que compõem o APH móvel em todas as suas formas de organização, tem suas ações regulamentadas em legislação específica, definidora das competências legais de cada um dos seus profissionais, conforme dito anteriormente. Neste

sentido, é privativo do enfermeiro o atendimento a pacientes em risco de morte, nas situações que demandam tomadas de decisão imediata<sup>(4)</sup>. Desse modo, o enfermeiro que atua no pré-hospitalar deve estar preparado para enfrentar situações inesperadas e ter capacidade de tomar decisões imediatas com respostas rápidas para cada atendimento.

Para contemplar essa inserção e ampliação de sua atividade no atendimento pré-hospitalar, o profissional de enfermagem deve adquirir, durante a sua formação, conhecimentos teóricos e práticos para poder exercer as demandas que lhe são exigidas no APH móvel. Mesmo o enfermeiro possuindo participação no APH assegurada pela legislação, essa nova área de atuação não tem sido totalmente incorporada pelas instituições de ensino do país, e o conhecimento durante a graduação limita-se às urgências intra-hospitalares, levando a um preparo deficiente para atuação no APH<sup>(1,4)</sup>.

A inexistente ou insuficiente abordagem sobre o serviço de APH móvel durante a graduação faz com que os enfermeiros interessados pela área procurem compensar essa lacuna através de cursos como *Advanced Cardiac Life Support* (ACLS), *Advanced Trauma Life Support* (ATLS), *Prehospital Trauma Life Support* (PHTLS), entre outros, dentro da sua formação continuada. Contudo, esses cursos podem ser considerados insuficientes por não conseguirem abordar a real situação exigida na prática pelo serviço ou por não possuírem conteúdo e carga horária adequados<sup>(5)</sup>, dependendo das instituições que os ofertam.

Observa-se que o bom funcionamento do APH móvel depende não apenas de transporte e infraestrutura adequada, mas de uma maior atenção à formação dos profissionais, inclusive do enfermeiro, já que exige características e habilidades específicas. Entretanto, observa-se que a formação acadêmica do enfermeiro é generalista e ainda não contempla a necessidade legal exigida no pré-hospitalar<sup>(6)</sup>. Compreendendo que o APH demanda um perfil, formação e legislação específica para que o profissional de enfermagem possa desempenhar plenamente a sua função, se faz necessário que ocorram mudanças em relação à formação acadêmica dos enfermeiros através do surgimento de um componente curricular específico integrado ao curso de graduação que forneça aos estudantes estágios de observação e atuação no APH móvel associado ao conteúdo teórico<sup>(5)</sup>.

Diante deste exposto, este artigo tem como objetivo geral descrever o conhecimento dos graduandos de enfermagem de duas instituições de ensino superior da cidade de Salvador sobre atendimento pré-hospitalar móvel, buscando compreender como esta formação vem acontecendo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de caráter quantitativo cujo propósito é o de observar, descrever e explorar aspectos de uma situação.

A pesquisa foi realizada em duas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo uma pública (instituição 1) e uma privada (instituição 2), localizadas na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, nos meses de abril a junho de 2017. Os critérios de seleção para o universo da pesquisa consideraram a acessibilidade das universidades e o aceite de realização da pesquisa pelas mesmas.

A Instituição 1 é a maior instituição pública de ensino superior da Bahia e foi fundada em 1983, estando presente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema MULTICAMPI. Teve

o curso de enfermagem reconhecido pelo Ministério da Educação no ano de 2004, funcionando em turno diurno com duração de cinco anos, ofertando 30 vagas por semestre.

A Instituição 2 é uma instituição privada e foi inaugurada em 1999 e teve o curso de Enfermagem implementado e reconhecido pelo Ministério da Educação em 2004, disponibilizando hoje 200 vagas anuais para o turno matutino e 90 para o turno noturno. O curso tem duração de cinco anos.

A população do estudo foi composta por graduandos do curso de Bacharelado em Enfermagem que estavam devidamente matriculados no último ano do curso (nono e décimo semestres), excluindo aqueles que já possuíam outro tipo de formação em saúde e/ou que atuavam com APH (bombeiros, policiais, entre outros). A escolha por graduandos dos últimos semestres deve-se ao fato de que, através da avaliação dos currículos de enfermagem, nesses semestres os alunos já cursaram a disciplina de Emergência e já estão próximos de se inserirem no mercado de trabalho.

Dos 248 acadêmicos que compunham a amostra inicial deste estudo, 79% (17) dos acadêmicos da IES pública e 28% (64) dos acadêmicos da IES privada responderam ao questionário, havendo 4 (quatro) exclusões por possuírem formação superior prévia na área da saúde e 19 recusas em participar da pesquisa, totalizando com isso uma amostra de 81 (36%) acadêmicos participantes da pesquisa

Além das entrevistas com os estudantes, foi necessário levantar na matriz curricular e nos ementários dos cursos investigados, os componentes curriculares que subsidiavam a discussão sobre a formação acadêmica dos estudantes de enfermagem para o APH móvel. Esta coleta foi realizada por meio da análise documental.

O questionário do estudo foi composto por 02 (duas) questões abertas e 05 (cinco) de múltipla escolha com o objetivo de levantar o conhecimento dos estudantes de enfermagem sobre o conceito e composição do APH móvel e identificar as discussões fisiopatológicas que subsidiam as ações do enfermeiro no APH, as quais deveriam ter sido abordadas durante a graduação. Os dados foram coletados após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, no período de abril a junho de 2017.

Para o tratamento dos dados foi elaborada uma planilha no software Microsoft Excel 2010® e posteriormente realizada uma categorização temática dos resultados. Para análise do grau de conhecimento dos graduandos sobre o serviço de APH-móvel utilizou-se os seguintes critérios de avaliação: 1) Totalmente correta – quando o estudante fez referência a, no mínimo, duas características que compõem a definição; 2) Parcialmente correta – quando mencionada apenas uma característica e 3) Incorreta – quando assinalou alguma característica não coerente com a definição.

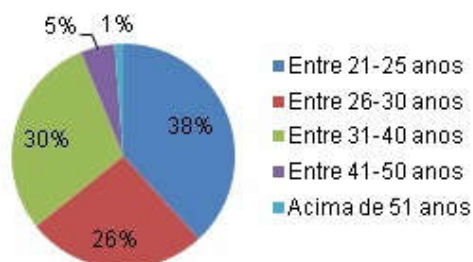
Foram utilizadas medidas estatísticas descritivas como frequência absoluta e relativa para atender aos objetivos da pesquisa. Os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos e tabelas e analisados com base na literatura pertinente ao tema.

Esta pesquisa foi desenvolvida cumprindo os preceitos da Resolução nº 466/12 do Ministério da Saúde que normatiza a pesquisa que envolve seres humanos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética, obtendo aprovação com o parecer nº 1.577.701.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

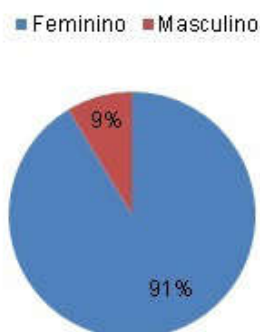
Dos 81 estudantes entrevistados, 38% (31) dos acadêmicos tinham idade entre 21-25 anos e 91% (74) eram do sexo feminino, sendo distribuídos conforme os gráficos abaixo.

**Gráfico 01: Distribuição dos participantes da pesquisa conforme a idade**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

**Gráfico 02: Distribuição dos participantes da pesquisa conforme o sexo**

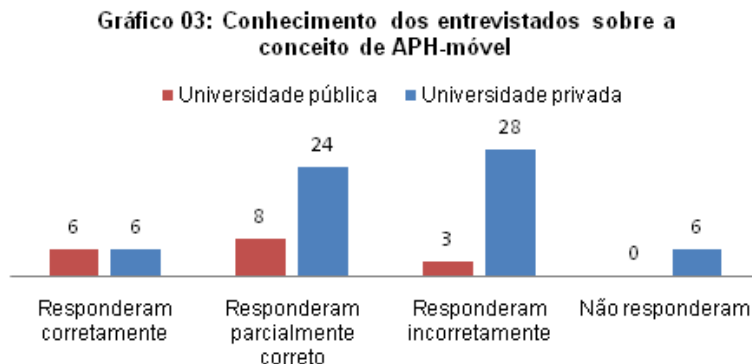


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir da categorização temática dos resultados, emergiram duas categorias de análise: 1) Conhecimento sobre atendimento pré-hospitalar móvel; 2) Estratégias extracurriculares utilizadas como formação complementar, as quais serão detalhadas a seguir.

## Conhecimento sobre atendimento pré-hospitalar móvel

Em relação ao conhecimento sobre a definição acerca do serviço de APH móvel, observou-se que apenas 14,8% (12) dos acadêmicos conseguiram apresentar respostas totalmente corretas, conforme o gráfico abaixo.



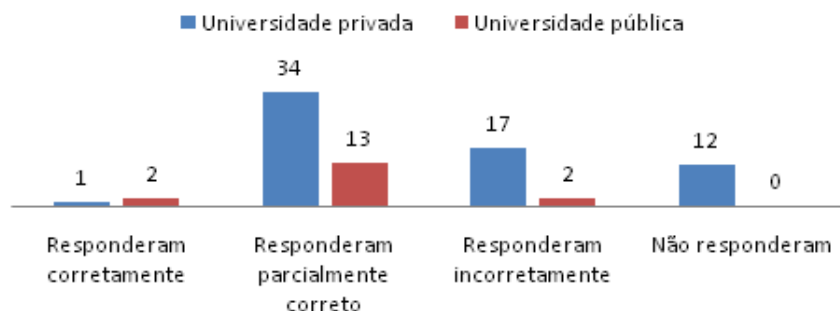
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O Componente Pré-Hospitalar Móvel é representado pelos Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (SAMU 192), escolhido pelo governo como primeira ação no enfrentamento às urgências por seu alto potencial de impacto de preservação da vida, sua capacidade de observatório do sistema e da saúde da população e sua capacidade de intervenção nos fluxos de pacientes urgentes em todos os níveis do sistema, por meio da regulação médica<sup>(1)</sup>.

Além do baixo conhecimento dos participantes sobre a conceituação do APH móvel, houve também um baixo conhecimento sobre a composição do componente SAMU 192, descrita no capítulo II da Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012, como formada pela Central de Regulação e sua equipe de médico regulador, técnico auxiliar de regulação médica e o rádio-operador, assim como pelas Unidades Móveis. Nesse sentido, destaca-se que tais unidades podem ser assim definidas: Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre, tripulada por, no mínimo, um condutor de veículo de urgência e um técnico ou auxiliar de enfermagem; Unidade de Suporte Avançado de Vida Terrestre, tripulada por, no mínimo, um condutor de veículo de urgência, um enfermeiro e um médico; Equipe de Aeromédico, composta por, no mínimo, um médico e um enfermeiro; Equipe de Embarcação, composta por, no mínimo, dois profissionais, de acordo com o tipo de atendimento a ser realizado, contando com o condutor da embarcação e um auxiliar/técnico de enfermagem, em casos de suporte básico de vida, e um médico e um enfermeiro, em casos de suporte avançado de vida; Motolância, conduzida por um profissional de nível técnico ou superior em enfermagem com treinamento para condução de motolância; e o Veículo de Intervenção Rápida, tripulado por, no mínimo, um condutor de veículo de urgência, um médico e um enfermeiro.

Apenas 3,7% (03) dos estudantes apresentaram respostas totalmente corretas e 58% (47) obtiveram respostas parcialmente corretas. As respostas quanto à composição se resumiram ao quadro de profissionais.

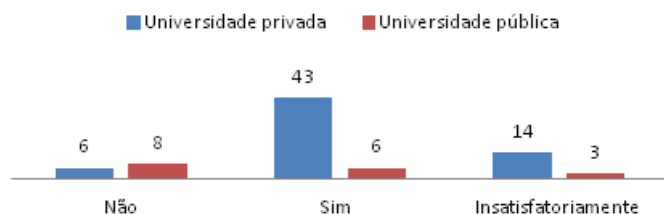
**Gráfico 04: Conhecimento dos entrevistados sobre a composição do serviço de APH-móvel**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando questionados sobre discussões em relação à Política Nacional de Atenção às Urgências durante a graduação, 60,5% (49) dos estudantes informaram que tais discussões estiveram presentes durante seu processo acadêmico formativo e 21% (17) apontaram terem discutido de modo insatisfatório, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 05: Discussão da Política Nacional de Atenção às Urgências nas Universidades, Salvador, 2017**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Política Nacional de Atenção às Urgências deve exercer forte papel indutor na organização do Sistema Único de Saúde, prevendo um conjunto de ações que pressupõe uma leitura detalhada das necessidades sociais em saúde, a fim de identificar déficits de atenção perpetuadores de iniquidades nos diferentes territórios sociais brasileiros. Além disso, ela tem por mérito estimular o exercício do comando único e da pactuação entre as esferas de governo para a manutenção de ações, que possam atender às diretrizes de universalidade, equidade e integralidade do sistema<sup>(10)</sup>. Portanto, os graduandos da saúde precisam discutir esta política a fim de que possam desenvolver uma análise ampliada sobre as questões da saúde no país.

Em relação à vivência de uma experiência prática no SAMU durante a graduação, 100% (17) dos entrevistados da universidade pública e 87,5% (08) da instituição privada informaram que não tiveram vivência prática no serviço durante a sua graduação.

Avaliando a matriz curricular das universidades que compuseram a pesquisa, a universidade pública traz em sua matriz um componente curricular voltado para o atendimento emergencial com foco no contexto intra-hospitalar, intitulado “Enfermagem nas unidades de Emergência e Terapia Intensiva”, com carga horária total de 105 horas, com foco no atendimento hospitalar de pacientes graves. O componente traz em seu cronograma apenas uma visita técnica à central de regulação de urgências do SAMU como experiência prática na área pré-hospitalar. Outro

componente identificado é o descrito como “Tópico especial”, com 30 horas, voltado para discussões sobre primeiros socorros.

Os estudantes da IES privada possuem em sua matriz curricular um componente intitulado “Assistência de Enfermagem em Situações de Urgência e Emergência e Urgência”, com carga horária total de 140 horas, onde está prevista a realização de práticas em laboratório e práticas simuladas, não sendo proposto vivência no serviço de APH móvel.

Os dados coletados demonstram um déficit de conhecimento teórico sobre a Política Nacional de Atenção às Urgências, sobre as definições acerca do APH móvel e sua composição. Este evento pode estar relacionado ao fato de que ambos os cursos não possuem disciplinas específicas voltadas para o APH. A formação generalista de enfermagem acaba por priorizar a formação intra-hospitalar, campo este que sempre respondeu por uma grande concentração da mão-de-obra da enfermagem.

Embora o Ministério da Saúde tenha como um dos seus eixos prioritários as Urgências e Emergências, a discussão do atendimento pré-hospitalar ainda ocupa um espaço de conhecimento complementar, sendo discutido em meio a outros conteúdos, o que pode não estar sendo suficiente para aprofundar questões teóricas sobre a temática.

Tais achados corroboram com os resultados de algumas pesquisas realizadas<sup>(5,8)</sup> que evidenciam que o conhecimento sobre o APH é abordado de forma insuficiente pelas escolas formadoras e que existe pouca atenção dessas instituições no que se refere à formação do profissional de enfermagem para esse serviço.

Outro ponto deficitário identificado relaciona-se à realização de atividades práticas voltadas para o APH, visto que a matriz curricular analisada descreve carga horária destinada apenas às atividades no ambiente hospitalar e em laboratórios de habilidades. Este distanciamento pode conduzir a um prejuízo na formação desse enfermeiro generalista, considerando que as peculiaridades do APH nem sempre são possíveis de adaptações em laboratório, o que dificulta o preparo dos alunos para tal especialidade.

Esse despreparo das instituições para a formação do enfermeiro para o APH está relacionado à dificuldade de adaptar as características desafiadoras e diversas do SAMU aos laboratórios das escolas como, por exemplo, o atendimento em locais de difícil acesso e a prestação de cuidados em veículos, além da falta de cooperação entre os serviços (SAMU) e as instituições de ensino<sup>(10,11)</sup>. Observa-se com isso que há uma dificuldade por parte das escolas formadoras em prover aos seus estudantes experiências práticas dentro do serviço de APH móvel, sendo, portanto, necessário que haja o estabelecimento de um vínculo entre as instituições de ensino e os serviços de APH através do desenvolvimento de um processo educacional permanente de integração ensino-serviço.

O ambiente pré-hospitalar determina diferenças marcantes que acabam por transformar a atuação do enfermeiro de forma totalmente diversa do trabalho diariamente visto dentro de unidades hospitalares<sup>(3)</sup>. Contudo, as instituições de ensino superior ainda não incorporaram totalmente essa realidade, o que acarreta em uma não atenção por parte das mesmas na formação de futuros enfermeiros para área de urgência e emergência e em especial para o APH<sup>(8)</sup>.

Essa problemática também é sinalizada no estudo<sup>(9)</sup> realizado em Campina Grande, no qual aponta-se que, frente aos requisitos teórico, técnico, psíquico e emocional exigidos para o APH pelas portarias do Ministério da Saúde, a realidade desses futuros enfermeiros é preocupante, já que não possuem acesso a um conhecimento específico dessa área nas disciplinas curriculares



integrado a um estágio curricular durante a sua formação. Como solução, propõe-se a inclusão de uma disciplina curricular específica em APH móvel aos cursos de graduação em enfermagem, e sugere-se que o conteúdo prático seja pertinente, estabelecendo-se convênios com os serviços de APH no sentido de fornecer bases mínimas que facilitem a inserção desses futuros profissionais nos serviços<sup>(5)</sup>.

A Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002 elenca os conhecimentos e habilidades que o enfermeiro precisa possuir para receber certificação de profissional da área de atendimento às urgências e emergência. Foi solicitado aos estudantes que apontassem os conhecimentos e habilidades que haviam sido discutidos durante sua graduação, obtendo os seguintes resultados conforme a tabela abaixo.

Tabela 01 – Conhecimentos discutidos durante a graduação segundo os estudantes participantes da pesquisa

Questões	Universidade pública			Universidade privada			
	Sim	Insať	Não	Sim	Insať	Não	Sem resposta
Reconhecimento sobre sinais de disfunção respiratória	88% (15)	12% (2)	0	91% (58)	8% (5)	0	1% (1)
Medidas de desobstrução de vias aéreas	100% (17)	0	0	96% (61)	3% (2)	0	1% (1)
Suporte básico de vida	94% (16)	6% (1)	0	99% (63)	1% (1)	0	0
Reconhecimento de sinais de doença circulatória	100% (17)	0	0	89% (57)	11% (7)	0	0
Monitorização cardíaca e eletrocardiográfica	76% (13)	24% (4)	0	77% (49)	23% (15)	0	0
Reconhecimento de sinais de doença metabólica	82% (14)	18% (3)	0	74% (47)	20% (13)	5% (3)	1% (1)
Reconhecimento de sinais de intoxicação exógena	76% (13)	24% (4)	0	66% (42)	31% (20)	3% (2)	0
Reconhecimento de sinais de disfunção ventilatória, circulatória e respiratória no trauma grave	88% (15)	12% (2)	0	88% (56)	11% (7)	0	1% (1)
Atendimento inicial ao politraumatizado	94% (16)	6% (1)	0	92% (59)	7% (4)	0	1% (1)
Controle de choques, hemorragias, queimaduras, acidentes com múltiplas vítimas e produtos perigosos	82% (14)	18% (3)	0	84% (54)	14% (8)	1% (1)	1% (1)
Reconhecimento dos riscos na cena	94% (16)	6% (1)	0	91% (58)	8% (5)	0	1% (1)
Reconhecimento dos sinais de sofrimento psiquiátrico em situações de urgência	23% (4)	47% (8)	30% (5)	66% (42)	25% (16)	8% (5)	1% (1)
Realização de contenção física	70% (12)	18% (3)	12% (2)	76% (49)	13% (8)	8% (5)	3% (2)
Reconhecimento dos sinais de trabalho de parto e das complicações obstétricas	76% (13)	24% (4)	0	74% (47)	19% (12)	6% (4)	1% (1)
Atendimento inicial a gestante em trabalho de parto normal e RN normal e prematuro	88% (15)	12% (2)	0	80% (51)	13% (8)	6% (4)	1% (1)
Aferição de glicemia, administração de medicamentos e infusões	100% (17)	0	0	85% (55)	9% (6)	6% (4)	0
Manejo de equipamentos de suporte ventilatório básico	76% (13)	24% (4)	0	70% (45)	27% (17)	0	3% (2)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre os conhecimentos fisiopatológicos necessários para atuação do enfermeiro no APH, a maioria dos entrevistados informou que durante a graduação foram abordados os assuntos e habilidades que o enfermeiro precisa possuir para atuar na área de urgência e emergência. Enquanto exemplo desses conhecimentos, os estudantes citaram: reconhecimento sobre sinais de disfunção respiratória, medidas de desobstrução de vias aéreas e de reanimação de suporte básico de vida, atendimento inicial ao politraumatizado, reconhecimento dos riscos na cena dos

acidentes e o manejo no controle de choques e hemorragias, queimaduras, acidentes com múltiplas vítimas e com produtos perigosos. Esses são assuntos muito relacionados ao atendimento pré-hospitalar e que foram debatidos no percurso formativo dos acadêmicos. Contudo, faz-se importante destacar que o reconhecimento dos sinais de gravidade diante de sofrimento psíquico em situações de urgência, mostrou ser esse um assunto abordado de forma insatisfatória por 47% (08) dos graduandos da IES pública e 25% (16) dos graduandos da IES privada.

Este ponto nos leva à reflexão de que as urgências relacionadas ao sofrimento psíquico não estão sendo debatidas de modo satisfatório, como espera o Ministério da Saúde, que passou a considerar a Saúde Mental como uma das áreas prioritárias de atenção à saúde desde 2014<sup>(10)</sup>. Isto pode estar relacionado ao estigma relacionado às doenças que envolvem o campo da saúde mental, o qual é, dentro da formação generalista dos enfermeiros, ainda menos priorizada do que a própria urgência e emergência.

Quando questionados em quais disciplinas esses conhecimentos fisiopatológicos foram abordados, os graduandos apontaram disciplinas específicas já identificadas na matriz curricular (UTI e emergência; Emergência), mas é importante destacar que estes conteúdos são transversais e são discutidos, mesmo que em menor frequência, em disciplinas como Saúde da Mulher e Saúde do Adulto, que enfocam o cuidado hospitalar.

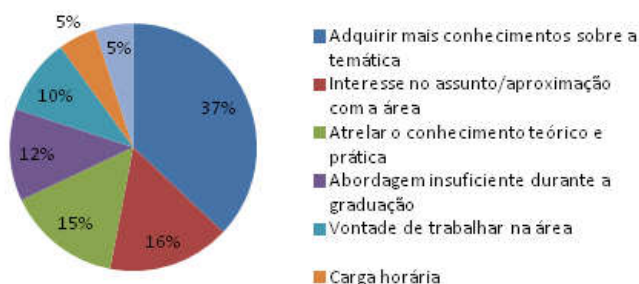
### **Estratégias extracurriculares utilizadas como formação complementar**

Com relação à vivência de cursos extracurriculares que envolvessem a temática do atendimento pré-hospitalar, 19% (12) dos participantes da IES privada e 41% (7) dos participantes da IES pública informaram já terem realizado tais cursos.

Dos entrevistados da IES pública que informaram a realização de cursos sobre a temática, 57% (04) informaram terem feito sobre Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros e 14% (01) informou fazer parte de Ligas acadêmicas que aprofundam o debate sobre esta temática. Na IES privada, 42% (05) informaram terem feito cursos sobre Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros e 8% (01) sobre curativos.

Quanto à motivação para realização desses cursos, observa-se que adquirir mais conhecimento foi o mais relevante entre os entrevistados, seguido do interesse no assunto/aproximação com a área.

**Gráfico 06: Motivações para realização de cursos extracurriculares na área de APH, Salvador, 2017**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Segundo a Portaria nº 737 de 2001 do Ministério da Saúde, não existe um currículo mínimo regularizado pelo Ministério da Educação na formação de profissionais para área de APH. Atualmente, algumas especializações como Pronto-Socorro e Unidade de Terapia Intensiva e Trauma fornecem conhecimentos teóricos e práticos na atividade do APH<sup>(5)</sup>. Apesar de existirem no mercado diversos cursos que visam desenvolver as técnicas utilizadas no APH, os autores trazem que alguns desses cursos refletem a realidade de uma sala de pronto socorro, onde existe suporte de equipamentos, materiais e recursos humanos, não retratando a verdadeira realidade do ambiente pré-hospitalar, além de não possuírem conteúdo e cargas horárias adequadas<sup>(1,3,5)</sup>.

## **CONCLUSÃO**

No que diz respeito ao conhecimento dos graduandos de enfermagem em duas instituições de ensino superior da cidade de Salvador sobre o APH móvel, os resultados evidenciaram um baixo conhecimento sobre este serviço de saúde e um grande direcionamento da formação para o atendimento de emergência intra-hospitalar, desconsiderando as diretrizes da Política Nacional de Urgência e Emergência.

Este estudo teve como limitação a não abrangência dos demais cursos de graduação em enfermagem ofertados por outras instituições de ensino superior localizadas na cidade de Salvador.

## REFERÊNCIAS

1. Dal Pai D, Lima MADS, Abreu KP, Zucatti PB, Lautert L. Equipes e condições de trabalho nos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel: revisão integrativa. Rev. Eletr. Enf. [Internet], 2015, 17(4): 1-12.
2. Adão RS, Santos MR. Atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel. REME – Rev. Min. Enferm., 2012, 16(4):601-08.
3. Alkmim T, Souza RD, Feijó EJ, Parrila GS, Santos RS. A atuação do enfermeiro à frente da ambulância intermediária no atendimento pré-hospitalar móvel do corpo de bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Ver. Trab. Acad. UNIVERSO, 2016, 1(01):1-35.
4. Ribeiro AC, Silva YB. Enfermagem pré-hospitalar no suporte básico de vida: postulados ético-legais da profissão. Cogitare Enferm., 2016, 21(1): 01-08.
5. Pereira E, Alves CSR. O papel e a formação específica da enfermeira no atendimento pré-hospitalar móvel na “Hora de Ouro”. [tese]. Ourinhos (SP): Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM, 2009.
6. Romanzini EM, Bock LF. Concepções e sentimentos de enfermeiros que atuam no atendimento pré-hospitalar sobre a prática e a formação profissional. Rev. Latino-Am. Enferm., 2010, 18(2):105-12.
7. Gil AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7º Ed. Editora: Atlas. São Paulo, 2019.
8. Mello AC, Brasileiro ME. A importância do enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar (APH): Revisão Bibliográfica. Rev. Eletr. Enferm. [serial on-line], 2010, 1(1): 1-16.
9. Macedo JQ, Santos EG, Frutuoso RB, Araujo DV. Articulando Ensino e Serviços de Urgência/Emergência: contribuição para a formação de enfermeiros. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade do Vale da Paraíba. Campina Grande-PB, 2008: 1-4.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.